

Propostas e moções à 5ª Conferência Nacional de Saúde de Políticas para as Mulheres

PROPOSTA - EIXO 1 - MULHERES E SAÚDE MENTAL

Fortalecer a Saúde Mental na implementação da PNAISM (Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Mulheres) garantindo a sua efetividade em todos os serviços e unidades de saúde e rede intersectorial, tendo como estratégia a ampliação e investimento nas ações do SUS vinculadas à APS (Atenção Primária de Saúde) e referenciadas à RAPS (Rede de Atenção Psicossocial), com atenção interseccional e humanizada, garantindo integralidade e uma atuação não discriminatória.

PROPOSTA - EIXO 2 - SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Garantir a integralidade e humanização na saúde sexual e reprodutiva de todas as mulheres, especialmente na atenção primária à saúde, considerando os grupos vulneráveis para promoção da justiça reprodutiva, prevenindo violências, oferecendo diagnóstico, tratamento e tecnologias adequadas e acessíveis às mulheres com deficiência e idosas, campanhas sobre ISTs (Infecções Sexualmente Transmissíveis), acolhendo interrupções de gravidez, promovendo educação menstrual e formação profissional ética.

PROPOSTA - EIXO 3 - ASSÉDIO E TRABALHO

Implementar Política Nacional contra Assédios no trabalho, em setores públicos, privados e informais, garantindo ambientes seguros e inclusivos, fluxos, protocolos de acolhimento, educação continuada, inclusive nas escolas, atendimento psicossocial e jurídico às vítimas, medidas protetivas, proteção às gestantes, com assistência articulada com RENAST e a Rede de Proteção às Mulheres.

MOÇÃO POR SAÚDE SEXUAL DIGNA, RESPEITO E ATENDIMENTO QUALIFICADO ÀS MULHERES LÉSBICAS

Nós, participantes da Conferência Livre: Saúde Integral de Todas as Mulheres, pelo Direito ao Bem-Viver, reunidas em defesa da vida, da dignidade e do direito à saúde das mulheres lésbicas, manifestamos nosso repúdio à violência ginecológica e ao descaso histórico com nossa saúde sexual. Por décadas, fomos invisibilizadas nas políticas públicas, nos protocolos médicos e nas campanhas de prevenção. Muitas de nós deixamos de realizar exames essenciais, como o Papanicolau, porque os serviços não garantem instrumentos adequados ou nos submetem a constrangimento, desrespeito e preconceito. Isso não é descuido: é lesbofobia institucional.

Reafirmamos que a saúde sexual das mulheres lésbicas não pode mais ser ignorada. As Infecções Sexualmente Transmissíveis não afetam apenas quem tem relações sexuais, e a omissão de informação sobre essas formas de transmissão também é uma forma de violência.

Assim, a Conferência Livre: Saúde Integral de Todas as Mulheres, pelo Direito ao Bem-Viver delibera e exige:

A garantia imediata de instrumentos adequados e atendimento humanizado nos serviços de saúde, com a obrigatoriedade de revisão dos instrumentos utilizados no Papanicolau e da transvaginal como exame padrão de imagem, sendo substituído sempre que possível pela ultrassonografia do abdome inferior, de modo a reduzir a violência ginecológica contra lésbicas e aumentar nosso acesso ao direito universal à saúde.

A implementação de uma campanha nacional de informação e prevenção sobre ISTs voltada às mulheres lésbicas, abordando inclusive aquelas que não são transmitidas exclusivamente por contato sexual, garantindo que a informação chegue a todas, mesmo às que não estejam sexualmente ativas.

Formação e sensibilização obrigatória para profissionais de saúde, com ênfase no combate à lesbofobia, no respeito à diversidade sexual e na defesa da saúde integral das mulheres lésbicas.

Esta moção é um chamado à ação: não aceitaremos mais sermos excluídas das políticas públicas, dos serviços de saúde e do direito básico ao cuidado. Saúde é direito, e direito não se negocia.

MOÇÃO DE APOIO AO DIREITO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NO TRABALHO DENUNCIAREM ASSÉDIO MORAL SEM RISCO DE EXPOSIÇÃO OU DEMISSÃO

Considerando que:

A Constituição Federal do Brasil assegura a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos e a não discriminação de gênero como fundamentos do Estado Democrático de Direito;

A violência contra a mulher, em suas diversas formas, incluindo o assédio moral no ambiente laboral, constitui violação de direitos humanos e compromete a saúde física, emocional e mental das trabalhadoras;

O assédio moral no trabalho é um fenômeno estrutural que afeta de maneira desproporcional as mulheres, especialmente em contextos hierárquicos marcados por desigualdade de poder;

Muitas mulheres deixam de denunciar por medo de retaliação, exposição pública ou perda do emprego, perpetuando ciclos de abuso e silenciamento;

Organizações, instituições e autarquias têm responsabilidade ética e legal de assegurar canais seguros, acessíveis e confidenciais para o recebimento e acompanhamento de denúncias de assédio moral;

A 5ª Conferência Livre Virtual – Saúde Integral de Todas as Mulheres, Pelo Direito ao Bem Viver, resolve:

1. Reafirmar que toda mulher, no exercício de sua atividade laboral, tem direito a um ambiente de trabalho saudável, livre de violência e assédio moral.
2. Defender a criação, implementação e fortalecimento de canais internos e externos de escuta e denúncia, sigilosos e com garantia de proteção contra retaliações.

3. Propor que tais canais sejam acompanhados por equipes capacitadas e independentes, com protocolos claros de acolhimento, apuração e encaminhamento, assegurando a confidencialidade das informações.

4. Garantir que denúncias de assédio moral não resultem em exposição indevida, transferência punitiva ou desligamento da trabalhadora denunciante.

5. Recomendar que órgãos fiscalizadores e conselhos profissionais monitorem e incentivem a adoção dessas práticas, assegurando o cumprimento da legislação trabalhista, civil e penal pertinente.

Assim, esta moção expressa o compromisso com a promoção de ambientes laborais seguros e justos, o fortalecimento da rede de proteção às mulheres e a erradicação de práticas de assédio moral no trabalho, em defesa intransigente do direito ao bem viver.